



A EDUCAÇÃO E AS RELAÇÕES DE PODER NO REINO VISIGODO (589-633)

Pâmela Torres Michelette¹

Este presente trabalho busca inserir-se nas discussões historiográficas atreladas as questões político-religiosas a partir do mote educacional no reino católico visigodo (589 a 711)². No entanto, nossa proposta se centrará em sua fase de consolidação, que compreende os anos de 589 a 633. Tais marcos cronológicos correspondem, respectivamente, a conversão oficial ao catolicismo niceísta – registrado no III Concílio de Toledo (589) – e a realização do IV Concílio de Toledo (633). Este último sínodo foi organizado e presidido pelo bispo Isidoro de Sevilha³.

Temos a preocupação de identificar como o ambiente político-religioso do reino visigodo, no século VII, influenciou a construção das ideias educacionais de Isidoro de Sevilha. Pois, acreditamos que este bispo procurou estabelecer, em alguns de seus trabalhos, uma conduta de ensino direcionada a alguns grupos da sociedade. Ou seja, a educação no Reino Visigodo teve um realce no fortalecimento da Igreja, da cristianização das populações e da continuidade do clero. Os membros do episcopado, tradicionalmente os de idade mais avançada, foram os responsáveis por fomentar a organização de caráter escolar, como forma de difundir e afirmar uma cultura com características específicas e de inspiração religiosas, que permitisse que o reino os reconhecesse, e mais do que isso, adotasse a sua forma de agir, pensar e ver o mundo.

Assim temos como objetivo central compreender como a Igreja católica visigoda⁴ se organizou e edificou uma cultura eclesiástica própria, procurando se consolidar junto à sociedade num momento de aproximação com a monarquia. Nesse processo, estabelecerão

*Doutoranda em História – UNESP. Professora Assistente – UFPI. pamelamichelette@yahoo.com.br

² Em fins do século IV ocorreu a entrada desses povos germânicos nos territórios do Império Romano Ocidental que já se encontrava em processo de fragmentação. No caso dos visigodos esses já ingressaram nas regiões imperiais convertidos ao arianismo.

³ Isidoro de Sevilha (560-636). Pertenceu a uma família católica de origem bizantina ou hispano-romana. Como bispo de Sevilha, o irmão de Isidoro, Leandro de Sevilha, foi o instrumento decisivo para conseguir a renúncia oficial ao arianismo dentro do reino visigodo, proclamada no III Concílio de Toledo. Isidoro sucedeu a Leandro como bispo por volta de 600-601 e, durante o seu bispado, Sevilha desfrutou de preeminência como centro intelectual do reino visigodo (QUILES, 1965).

⁴ Utilizaremos a nomenclatura Igreja Católica, para o grupo que segue a ortodoxia de Niceia, pelo motivo dos bispos integrantes desta assim se autodenominarem. O complemento “visigoda” para a Igreja com relação com a ideia apresentada por J. Le Goff ao analisar esta instituição na Primeira Idade Média a define assumindo características locais, de certa forma tornando-se “Igrejas Nacionais”. Vale ressaltar que apesar de entendermos o termo, temos restrições a esta ideia de “nacional” (LE GOFF, 1985, p. 59-62).

novos parâmetros político-administrativos no reino. A formação educacional, com destaque para as escolas, foram uma das bases de consolidação da Igreja e da sua relação com outros grupos da sociedade, em especial a elite do reino.

A problemática que identificamos, portanto, está atrelada, sob a ótica do episcopado, nas relações de poder no reino visigodo, principalmente ao que tange a educação. Nesse sentido, entendemos que o ensino assumiu um papel fundamental no discurso eclesiástico, regulando e indicando posicionamentos ao clero perante a sociedade. Entretanto percebemos ao longo da nossa pesquisa que a historiografia que analisa este período, colocou em segundo plano este debate, não expondo os diversos sistemas educacionais utilizados pela Igreja visigoda em sua trajetória de fortalecimento no século VII.

Contexto histórico do Reino visigodo

No decorrer do século V, um lento processo de enfraquecimento do poder imperial diante dos poderes regionais que estavam estabelecidos nas diversas regiões do Império Romano Ocidental. Em outras palavras, percebe-se, nesta fase, uma gradual substituição da prioridade política e ideológica do imperador pelo rei germânico, tanto em termos jurídicos como religiosos, que possibilitou a fragmentação do Império supracitado em novas unidades políticas e religiosas. Não obstante, a mudança de fato do poder político, ocorrida em um contexto geral, tornou-se completa em aspectos ideológicos após a conversão desses reis ao catolicismo de Nicéia e, com a consequente, oficialização desta religião no interior dos respectivos reinos.

No caso visigodo percebemos que sua história política esteve vinculada a sua história religiosa bem como as suas relações com o Império Romano. Visto que, uma vez estabelecidos no interior das fronteiras romanas conseguiram manter certa independência política e social, muito em virtude de terem-se convertido ao arianismo (AGUILERA, 1992: 13). Este fato os possibilitou na manutenção de certa autonomia, subtraindo mais facilmente a ação unificadora e centralizadora dos imperadores romanos e da Igreja oficial. Posteriormente, com o “desaparecimento” do Império Romano do Ocidente e a consolidação dos visigodos como povo independente, desenvolveu-se a última fase da conversão oficial. Esta se concretizou devido à necessidade de unidade do respectivo reino (VALVERDE CASTRO, 2000: 17-68).

A educação no reino visigodo alcançou no século VII destaque especial, tanto em virtude das definições isidorianas neste âmbito como da obra legislativa levada a término pelos grandes concílios gerais de Toledo. Esse processo se iniciou com o III Concílio de Toledo (589) – que foi uma iniciativa do rei Recaredo (568-601) e da Igreja –, episódio de fundamental importância para a compreensão dessas mudanças.

Deste modo, quando ocorreu tal mudança na direção política, a Igreja Católica assumiu um papel de representação religiosa frente a todo o reino. Neste contexto assistiu-se a diversificação dos quadros eclesiásticos com a entrada dos visigodos na instituição. Assim, ao mesmo tempo em que a Igreja Católica alcançava sua legitimidade e autonomia ela se deparava com a necessidade de manter a coesão de seus membros e se fazer presente na sociedade.

A asserção acima se deve, entre outros fatores, à ambição da aristocracia em tomar o poder, pois apesar dos reis serem considerados a cabeça da organização judicial, financeira, administrativa, militar e inclusive religiosa, do reino visigodo, foram forçados, devido às necessidades de governar, a delegar parte de suas competências organizacionais com a elite, que exerceram funções administrativas, judiciais, financeiras e militares do reino.

Contudo, o que verdadeiramente determinava a importância política dessa aristocracia era a sua força econômica e social, que gradualmente foi aumentando à medida que os monarcas a recompensavam pelos serviços prestados com a entrega de terras, homens e bens móveis, na tentativa de criar vínculos de dependência pessoal que assegurassem a fidelidade desse grupo ao soberano. Entretanto, tendo em mãos a posse de extensos domínios e muitos homens que neles habitavam, a elite dispunha de poder econômico, social e militar suficiente para poder defender seus interesses frente à Monarquia (VALVERDE CASTRO, 2000: 255-275).

Portanto, essa contestação das facções nobiliárias com relação às tentativas de centralização empreendidas pelos monarcas pode ser apontada como um dos fatores que refletiram essa necessidade de afirmação da Monarquia visigoda, na primeira metade do século VII (FRIGHETTO, 2000: 30-32). Em termos práticos, podemos afirmar que, a posição de uma família aristocrática laica dependia de sua capacidade de inserção na corte régia. A insubmissão da nobreza visigótica desestabilizou, em alguns momentos, a capacidade

centralizadora do poder real debilitando a posição do rei. E mais, não podemos nos esquecer que, a instituição da realeza não se fundamentava teoricamente sobre o direito de sangue, mas sim sobre a eleição que era realizada pela nobreza e os bispos que designavam, em comum acordo, o sucessor ao trono.

O episcopado visigodo teve um comportamento paradoxo que, por um lado, fortalecia a Monarquia com a formulação da doutrina teocrática e, por outro, junto à aristocracia laica, constituía um poder limitador da autoridade real. Na abjuração do arianismo no III Concílio de Toledo não foi apenas uma mera mudança de crenças religiosas, provocou também uma radical alteração nas relações que mantinham Igreja e Monarquia, que teve importantes conseqüências para ambas. No terreno econômico, a conversão provocou um notável aumento do patrimônio eclesiástico. No âmbito político abriu-se caminho para a intervenção do poder eclesiástico em assuntos civis, obtendo o clero paulatinamente uma maior participação na vida política do reino (VALVERDE CASTRO, 2000: 256).

Desta forma, revela-se uma situação de dependência entre os poderes da Igreja, da aristocracia e da Monarquia. A Igreja dominava o espaço social, educacional e o sobrenatural que gravitava em torno da religião, conquistando uma posição de comando que submetia o rei. Enquanto que a elite laica dominava, fundamentalmente, o campo econômico e administrativo do reino. Por outro lado, o monarca, cujo poder era autenticado por sua origem familiar e pela liderança militar que movimentava, dominava o campo político nos quais os clérigos e a aristocracia, apesar de suas inserções, estavam subordinados. O que este fator demonstra, em certa medida, não foi à primazia de um poder sobre outro, entretanto o equilíbrio e cooperação existentes entre eles (VALVERDE CASTRO, 2000: 17-68). A partir destas circunstâncias, a Igreja sentiu a necessidade de elaborar teorias e práticas político-educacionais que começaram a se desenvolver diretamente com a conversão dos visigodos ao catolicismo, que foram se aperfeiçoando até o fim do reino visigodo em 711 (AGUILERA, 1992: 15-16).

Contexto educacional

Ao estudarmos os principais autores que analisaram o reino visigodo, especialmente ao que diz respeito a educação no século VII, nos deparamos com breves análises e uma bibliografia bastante restrita se comparada a outros temas do mesmo período. Explicações

essas que tendem majoritariamente a valorizar de forma excessiva o processo de desestruturação do sistema escolar romano e delegando à Igreja a função de instituição encarregada da preservação do saber.

É digno de nota sublinhar que nos séculos V e VI se produziu uma ampliação em consideração dos modelos de escritores cristãos como Ambrósio, Jerônimo, Agostinho, Hilário, Orígenes e João Crisóstomo. Nesse sentido, esses pensadores passaram a serem considerados clássicos, imitados, seguidos e se converteram em fonte de inspiração tanto para a forma como para a temática das obras exegéticas e pastorais que povoavam a literatura da Hispânia visigótica (VELASQUEZ SORIANO, 1994, p. 330).

O conjunto de circunstâncias econômicas, sociais e políticas que configuram a evolução histórica da Hispânia desde o século V até o início do VIII marcaram os limites das expressões culturais da sociedade peninsular. Em outras palavras, o processo de destruição da vida urbana não produziu apenas regressão econômica e um ambiente de insegurança, mas também afetou toda superestrutura social. Entre elas, enfatizamos aqui, por motivos claros, o campo educacional, que, em grande medida, viu-se restringido a manter vivo as antigas possibilidades de contatos culturais. Desse modo, os visigodos estavam limitados, citando respectivamente apenas as esferas educacional e econômica, porém reiterando que não são apenas elas as afetadas por essas transformações, a uma memorização erudita, no caso das letras, e um gosto pela ornamentação e riqueza de materiais. Não podemos deixar de mencionar que a cultura se evidencia como produto de poucos criadores que escrevem ou trabalham para uma minoria aristocrática, em sua maioria rural e analfabeta.

Também não podemos deixar de mencionar que o desenvolvimento do campo cultural visigodo está também vinculado as influências provenientes de uma das áreas mais romanizadas do Mediterrâneo, o norte da África. Dessa região, desembarcaram um considerável número de homens que estavam fugindo das perseguições vândalas e posteriormente do avanço berbere. Esses refugiados eram em boa parte eclesiásticos (bispos e monges) que chegaram, na Hispânia com suas bibliotecas e seus costumes e com o peso das tradições orientais. Evidentemente que isso repercutirá na produção literária e artística da época (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2004, p. 52-53).

Também temos que considerar, para melhor entender o funcionamento do sistema educacional visigodo, que a expansão do cristianismo, no início do século VI, já era um dado

claro e completo. Perceptível, por exemplo, no fato de que a maior parte dos escritores cristãos tiveram uma formação eclesiástica monástica. E, não só, pois, também constatamos que as obras de caráter doutrinal e exegetico revelam que seus autores tanto continuaram adquirindo uma substancial formação cultural como mantiveram uma preocupação com a educação de parte da população, especialmente aqueles que deveriam ocupar cargos eclesiásticos. Isso gerou, segundo Velasquez Soriano (1994, p. 331-332), um clima de consolidação cultural, que passava, para esses intelectuais, por dois caminhos, a preocupação com as questões de ordem religiosa e a revitalização da literatura para a doutrina cristã.

É importante destacarmos que durante o estabelecimento do reino visigodo no século VI, a administração dos monarcas era direcionada a diferenciação entre visigodos e hispano-romanos, até mesmo no âmbito jurídico. Esse cenário também incidia nos aspectos religiosos, uma vez que, diferenciava visigodos e hispano-romanos pelos credos ariano e niceísta respectivamente. Esta perspectiva, se por um lado, esteve ligada a determinação goda, acarretou inclusive uma aproximação dos habitantes anteriores com a Igreja católica e de seus parâmetros, entre eles a educação realizada pela mesma (DÍAZ, 2006, p. 687-692).

No reino visigodo o latim se manteve como a única língua escrita na Península e os escritos tiveram um papel fundamental nas relações sociais, desde a troca de cartas, como as que chegaram até nós do conde Bulgar, Isidoro de Sevilha e Braúlio de Zaragoza, além de testamentos, atas de compra e venda, profissões de fé exigidas aos judeus convertidos, libertação dos escravos, convocação em justiça. No âmbito da cultura escrita consideramos como um dos maiores exemplos, dessa formação social, as atas conciliares e os manuais utilizados pelos clérigos rurais, bem como as homilias, dentre tantos outros exemplos que poderíamos citar aqui. Isso demonstra a importância que a escrita teve para essa sociedade. Do ponto de vista estilístico, destacamos, por fim, que a minúscula visigoda, originária da escrita cursiva latina, fixou-se no decorrer do século VII e desapareceu da Península nos séculos IX-XII (RUCQUOI, 1995, p. 46).

No âmbito da educação, como no da administração, os quadros eclesiásticos foram lentamente substituindo os poderes públicos e laicos no decorrer dos séculos IV e V, por extensão, e as escolas paroquiais e episcopais sucederam as escolas municipais. A Igreja no contexto pós-conversão demonstrou um interesse crescente no controle do ensino para combater as heresias (RUCQUOI, 1995, p. 46).

Desta forma, as escolas se tornaram parte de um projeto de fortalecimento da Igreja, uma vez que atuavam diretamente na catequização da população e da formação e expansão do clero. Era tradição que as figuras com mais idade fossem os responsáveis por promoverem a organização escolar com o intuito de propagar e ratificar uma cultura com elementos específicos e de inspiração religiosa dentro do reino. Para, desta forma, difundirem a sua forma de agir, pensar e enxergar o mundo no contexto pós-conversão, isso é, em um ambiente em que a Igreja precisava firmar suas bases.

Assim podemos identificar três funções aos quais a educação serviu aos interesses da Igreja: primeiramente, assegurar que o corpo eclesiástico fortalecesse seus referenciais e se distanciasse dos anteriores a conversão; inter-relacionar-se com outras estruturas de poder, propiciando uma maior atuação política com a colaboração e apoio da monarquia e, por último, tornar-se um paradigma para toda a sociedade visigoda, principalmente pela ação catequizante que caracterizava essa instituição como o único meio de se alcançar a salvação junto a Deus.

O contexto pós-conversão fez com que o futuro da Igreja fosse incerto, pois ela não tinha garantias que os reis sucessores que subissem ao poder revertissem o processo a favor do credo ariano. Dessa maneira, umas das principais preocupações do clero, e incluímos Isidoro nesse contexto, foi tentar garantir a perpetuação da Igreja e por extensão, de seus membros. Justamente por isso era tão importante o fortalecimento dessa instituição em diferentes áreas e grupos que compunham a conjuntura do período.

O papel educador que a Igreja adotou estava totalmente ligado à função de disciplinamento do clero exprimindo-se como condição crucial à propagação de seu discurso. Dito de outra maneira, era fundamental para o sucesso de incutir sua ortodoxia ter sob seu controle um clero coeso e qualificado. Desta maneira, nos é perceptível o empenho do *corpus* clerical na manutenção da primazia desse discurso no campo religioso, uma vez que isso era condição *sine qua non* para obtenção tanto do fortalecimento de um *habitus* eclesiástico como dos principais preceitos da estrutura da Igreja e também da sociedade.

Assim, o episcopado passou com o tempo a delimitar funções e responsabilidades para os diferentes agentes/grupos da sociedade. Esse novo cenário acarretou prerrogativas aos membros do alto clero e aqueles que estavam de modo direto vinculados a eles. Essa

característica, segundo Rita Diniz (2006, p. 138), garantiu uma posição de tutela sobre toda a sociedade peninsular. Nas palavras da autora:

(...) a simbiótica aliança entre episcopado e monarquia, buscou a promoção de instrumentos que dessem conta do crescente quadro de instabilidade sócio-política em um contexto marcado pelo acirramento das relações de dependência – decorrente do crescente empobrecimento das camadas média e baixa da população – pelo fortalecimento da aristocracia latifundiária, pelo aumento do poder político do episcopado e pelo esforço centralizador da monarquia. Investindo, cada vez mais, na concentração das funções de maior relevância na dinâmica social, o episcopado segue redefinindo os demais agentes e papéis, ou seja, quem deve fazer o que para quem. Desta forma, ele garantiu uma posição estratégica de interlocução entre os variados grupos sociais através da construção de uma complexa rede de dependência que camufla relações de poder e exploração sob um discurso de solidariedade pautado na afetividade, no compromisso e no carisma (DINIZ, 2006, p. 140).

Na questão literária, por seu turno, o empenho realizado por Isidoro, tanto ao preservar a herança cultural da Antiguidade ao tentar compilá-la, sintetizá-la e adaptá-la a competência de seus leitores, somada a sua particular estima pela tradição clássica, como a base erudita da cultura, conecta-se a seu projeto pedagógico de instrução de clérigos e leigos destinados às funções públicas. A formação desses, muito reduzida, ficava a cargo de um sistema de contato e docência pessoal através do discipulado em seu entorno, cuja cultura, valores morais ou prestígio pessoal atraíam aos interessados em aprender que o seguia, sob sua vigilância, o caminho de iniciação nas matérias eclesiásticas e profanas. Essa configuração individualista foi o alicerce do preceito educacional hispano visigodo, tanto para as instituições educacionais de cunho episcopal quanto para as monacais, que se tornaram centros de cultura dos quais despontaram várias lideranças tanto eclesiásticas quanto leigas (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2004, p. 53).

A Igreja buscou se fortalecer para assim alcançar o controle da salvação e manter uma certa autoridade sobre os diferentes grupos que compunham a sociedade visigoda. Contudo, não podemos imaginar que esse projeto educacional que ela colocava em prática apenas abarcava a questão restrita do ensino. Esse projeto foi muito mais abrangente e ambicioso, pois englobava outros elementos e práticas, tais como: os concílios, os sermões, as hagiografias, as regras monacais, entre outros, que extrapolam o caráter formal de uma instituição de ensino, mas que abarcavam os demais ambientes sociais.

A busca pela excelência na formação de seus membros, inclusive da aristocracia, foi uma das preocupações da Igreja, para assim se apresentarem fortalecidos frente toda a sociedade. Desta forma, as escolas contribuíram como recurso de coesão e identificação dos clérigos, fazendo parte do objetivo de reconhecimento da mesma perante todo o reino.

A força que o episcopado almejava, perante a sociedade, não poderia se concretizar sem que tivesse alcançado a legitimidade nas bases políticas do reino. Por isso, a importância de se ter membros da aristocracia compondo o corpo de “estudantes”. Afinal, isso possibilitava uma maior aproximação e, conseqüentemente, a consolidação da aliança entre episcopado e governantes, de uma forma que um autenticasse a existência um do outro⁵.

Algumas cidades se tornaram centros de referência de formação clerical. Figuram-se entre elas as principais Mérida, Palência, Sevilha, Zaragoza. As duas últimas dispunham de importantes bibliotecas, bem como de bispos que deram maior prestígio a esses espaços. A existência dessas escolas episcopais também contribuiu para reforçar o papel dessas cidades como centros culturais: Sevilha desempenhou este papel sob o episcopado de Leandro (579-599) e Isidoro (599-636); Zaragoza, na época dos bispos João (620-631), Bráulio (631-651) e Taião (651-664) e Toledo, com os metropolitanos Eugênio (646-656), Ildefonso (657-667), Juliano (680-690) e Félix (693-700). Os mosteiros criados nas proximidades dessas urbes, na segunda metade do século VI, tais como o de *Servitanum* perto de Mérida e o de Agali nos arredores de Toledo, reforçaram ainda mais este papel (RUCQUOI, 1995, p. 47).

O bispo Isidoro de Sevilha e a educação do reino

Assim, podemos perceber que, o ambiente em que Isidoro cresceu e se formou estava em ebulição. O reino estava passando por um processo de unificação territorial e religiosa e os poderes internos estavam tentando ganhar seu espaço. Tendo isso em mente, procuremos identificar brevemente algumas problemáticas que o bispo sevilhano levantou tanto em suas participações conciliares como em seus escritos.

Foi no período entre 599 e 601 que Leandro de Sevilha, respectivamente, abandonou suas funções eclesiásticas e faleceu. Seus encargos foram assumidos, quase de forma hereditária, por seu irmão Isidoro. É provável que ele já exercesse, há algum tempo, em

⁵ Mais sobre esta questão da relação entre Igreja e Monarquia e o apoio de ambas as instituições dentro do reino, ver mais em: MICHELETTE, P. T. *A concepção de realeza católica visigoda e as ideias políticas de Isidoro de Sevilha*. Dissertação (Mestrado em História). FCL – UNESP/Assis, Assis, 2012.

conjunto com seu irmão, o posto de diácono do bispo e, inclusive, a incumbência de auxiliar com direito a sucessão. Desta maneira, podemos perceber que as autoridades política e religiosa de Leandro, tanto na Bética como em todo o reino, abriram as portas para Isidoro assumir a posição de bispo de Sevilha.

Esse cargo eclesiástico foi ocupado por Isidoro por aproximadamente trinta e cinco anos. Nesta função, ele exerceu, ao longo desses anos, uma grande influência uma condição de tutor dos monarcas visigodos, ou seja, desempenhou um papel de “conselheiro real”, no qual colaborou nas ações políticas dos reinados de Gundemaro, Sisebuto, Suintila e Sisenando. Desta maneira, ele empreendeu diversas vezes viagens de Sevilha a Toledo para ocupar-se com reuniões episcopais ou com assuntos políticos.

Essa tutela aprimorou-se de diversos modos, a saber: com a sua presidência no II Concílio de Sevilha, em 619; e, do IV Concílio de Toledo, em 633; outra maneira foi a sua ligação pessoal com alguns reis; e por fim, através de suas reverberações tanto sobre a formação educacional da Monarquia (tanto do clero quanto de leigos) como sobre o exercício do poder político e eclesiástico. Vale lembrar que, os visigodos se apresentavam, nesse período, como um reino que apesar de unificado, estava sujeito a instabilidades, em virtude das incertezas das sucessões régias e do futuro da Igreja. Assim, o bispo sevilhano colaborou na tentativa de consolidar a Igreja e o reino visigodo.

Durante o período em que Isidoro foi bispo a escola episcopal de Sevilha passou a ser um centro de educação de nobres e futuros bispos da Igreja. Para esse prelado a formação e a vocação eclesiástica eram fundamentais para aqueles que quisessem fazer parte do corpo que compunha a Igreja. Assim, ele se dedicou na reforma do clero, pois queria que seus clérigos fossem instruídos e santos. E um dos caminhos para tal reforma passava pela melhor instrução dos seminaristas.

Outro fator que explica essa dedicação com a formação educacional pode ser explicada em decorrência de famílias visigodas da aristocracia aspirarem por uma sede episcopal como forma de afirmarem seu poder e influir na nomeação ao trono. No entanto, o sevilhano discordava e contestava o fato de um homem secular cumprir os ofícios e as disciplinas episcopais (QUILES, 1965, p. 35).

Antes de se tornar bispo de Sevilha, Isidoro foi abade de um monastério onde empreendeu uma reforma que exerceu influência durante alguns séculos na Península. Essa

reforma esteve vinculada com a produção de uma “Regra”, que chamava a atenção para o espírito metódico e ordenador. Ela teve como fonte inspiradora as antigas regras de Pacômio, Bento, Jerônimo, Agostinho, Cassiano e Cesário de Arles (QUILES, 1965, p. 29-32).

I. Quiles (1965, p. 31-32) ressalta que outra grande preocupação de Isidoro em sua gestão como abade foi com a escola. Esse centro de ensino em Sevilha teve como alunos jovens de várias regiões da Hispânia e, conforme já mencionamos, não era voltado apenas para clérigos, mas também para a elite e príncipes visigodos. Teve como alunos, por exemplo, Bráulio de Zaragoza e Ildefonso de Toledo. O primeiro, foi um dos seus discípulos e que organizou a famosa obra do sevilhano, as *Etimologías*. Já com relação aos príncipes, teve como personalidades frequentadoras desse local de ensino Sisebuto e Sisenando. Ambos, posteriormente, ocuparam o trono visigodo.

No que tange aos concílios, não podemos deixar de mencionar que, a frequência desses sínodos acabou por construir a imagem do que fora o catolicismo visigodo na Hispânia: uma prática religiosa fortemente amparada em uma tradição jurídico-canônica. Realizados com o objetivo de discutir questões pertinentes ao âmbito da fé ou do político; as atividades conciliares acabaram apresentando-se como o espaço de produção ideológica decorrente da interação entre interesses monárquicos e eclesiásticos.

Ao longo de sua trajetória, Isidoro demonstrou uma tendência a legislar, tendo inclusive um conhecimento relevante do direito romano. Nesse sentido, ele exerceu marcante influência nos cânones conciliares que organizou. Isso fica visível, por exemplo, na divisão das leis em divinas e humanas. A primeira, fundamentadas na natureza e as humanas nos costumes dos homens (*Etimologías*, V, 2, p. 510-511). As leis deveriam ser, segundo as próprias palavras do bispo de Sevilha:

honestá, justa, possível, de acordo com a natureza, em consonância com os costumes da pátria, apropriada ao lugar e as circunstâncias temporais, necessária, útil, clara – que não seja obscura para não induzir ao erro – não ditada para benefício particular, mas apenas em proveito do bem comum dos cidadãos (*Etimologías*, V, 21, p. 516-517)⁶

⁶ *Honestá, iusta, possibilis, secundum naturam, secundum consuetudinem patriae, loco temporeque conveniens, necessária, utilis, manifesta quoque, ne liquid per obscuritatem in captionem contineat, nullo privato commodo, sed pro communi civium utilitate conscripta* (*Etimologías*, V, 21, p. 516).

Nessa perspectiva deve-se destacar o IV Concílio de Toledo (633), presidido e organizado pela sevilhano e de natureza essencialmente normativa, foi de fundamental importância para se assimilar a importância da educação nas relações de poder.

Assim podemos perceber um triplo papel da educação na estrutura eclesiástica da Igreja católica visigoda. Foram eles: garantir ao corpo eclesiástico uma identificação própria, afastada dos referenciais anteriores; possibilitar a interação com outros campos de poder da sociedade, permitindo a atuação política, com auxílio da influência obtida junto aos monarcas; e, por fim, atuar como um modelo para o todo social, numa espécie de ação catequizante por parte do clero, indicando a ideia de que para que fosse alcançado o caminho da glória e salvação junto a Deus, eram necessários mestres. Neste sentido, a Igreja teve o Cristo e os membros da Patrística, os clérigos seus mestres nas escolas, e o povo teve a Igreja para lhes guiar.

Notamos que no discurso eclesiástico foi sublinhado o caráter peculiar do entendimento da educação pautado nas relações de mestre-discípulo. Esta aparece como uma representação retórica sobre a função da Igreja na sociedade visigoda, uma vez que o caminho do sucesso dependia de um bom mestre, posição que o episcopado difundiu como sendo a sua missão máxima nesse mundo sempre valorizando seu principal bem.

Uma das preocupações mais primárias, também presentes em Isidoro, para perpetuação de qualquer instituição foi a necessidade de manter-se atrativa. Com a Igreja o processo não foi diferente a maior missão de seus membros, principalmente de uma organização que pressupõe crença e fé, foi garantir a continuidade de sua própria existência.

O reconhecimento da relevância de uma formação qualificada dos membros da Igreja, em especial no século VII com o afluxo de visigodos para seus quadros, foi fundamental para legitimidade alcançada por este grupo religioso. A educação formal, então, passou a atuar como elemento de coesão e de identificação dos clérigos. Esta faz parte do próprio projeto de valorização do grupo, estabelecendo regras em torno da especialização. Dessa forma, também tentavam evitar a intervenção nobiliárquica, em especial dos monarcas.

Em 04 de abril de 636, Isidoro de Sevilha faleceu. Apenas a título de informação, coincidentemente, neste mesmo ano, morreu o monarca visigodo Sisenando.

Conclusão

Com base no que foi discutido por essa sucinta apresentação, podemos concluir que o bispo Isidoro de Sevilha como forte representante da Igreja visigoda tinha objetivos bastante claros com relação ao fortalecimento da Igreja, perante as demais instâncias de poder, no caso, Monarquia e Nobreza, que andavam juntas dentro deste contexto hispânico.

A formação educacional de muitos jovens, principalmente daqueles que faziam parte desses grupos mencionados, não estavam descontextualizados das conjunturas políticas e econômicas deste reino, mesmo porque, um dos principais objetivos com esses alunos era formar grupos dirigentes desse novo momento que a Hispânia estava vivendo pós conversão ao catolicismo niceísta.

Assim o papel do sevilhano foi fundamental, já que uma das principais preocupações do bispo era o projeto da salvação, quem seriam os homens que levariam o povo visigodo a essa conquista futura? Destacamos também o papel preponderante da Igreja para serem alcançados esses propósitos, era ela que fazia esse papel de intermediadora entre os assuntos divinos e os terrenos, só pensarmos na própria preocupação que Isidoro teve com relação ao fortalecimento da figura do rei no IV Concílio de Toledo, no cânone 75, ou mesmo o papel de tutor, como a historiografia o classificou, perante figuras que posteriormente assumiriam cargos importantes dentro do reino, como bispos e até reis.

Desta forma, esse breve exposto do nosso trabalho, ainda têm muito a problematizar e analisar desse quadro, que as obras do bispo Isidoro de Sevilha e o momento em que elas são produzidas nos trazem para nos aproximarmos dos projetos de fortalecimento da Igreja pelo vies da formação e educação.

Referências Bibliográficas

- AGUILERA, A. B. *La sociedad visigoda y su entorno histórico*. Madrid: XXI siglo veintiuno de España, 1992.
- CONCILIOS VISIGÓTICOS E HISPANO-ROMANOS*. Ed. bilíngüe (latim-espanhol) de J. Vives. Barcelona Madrid: CSIC, 1963.
- DÍAZ, P. C. El cristianismo y los pueblos germánicos. In: *Historia del cristianismo. I. El mundo antiguo*. Granada: Editorial Trotta, 2006, pp. 687-757.

DINIZ, R. de C. D. Considerações acerca da ação do episcopado peninsular no processo de consolidação da identidade godo-cristã no século VII. In: *Atas da VI Semana de Estudos Medievais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, pp. 137-142.

FRIGHETTO, R. *Cultura e Poder na Antigüidade Tardia Ocidental*. Curitiba: Juruá, 2000, p. 30-32.

GARCÍA DE CORTÁZAR, J. A. *História de España. 2. La época medieval*. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

ISIDORO DE SEVILHA. *Etymologiarum*. Ed. Lindsay. Traducción de J. O. Reta e M. AM. Casquero. Madrid: BAC, V. I e II, 1982.

LE GOFF, J. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: edições 70, 1985.

MICHELETTE, P. T. *A concepção de realeza católica visigoda e as ideias políticas de Isidoro de Sevilha*. Dissertação (Mestrado em História). FCL – UNESP/Assis, Assis, 2012.

QUILES, Ismael S. I. *San Isidoro de Sevilla, Biografía-Escritos-Doctrina*. Madrid: Espasa – Calpe, 1965.

RUCQUOI, A. *História medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

VALVERDE CASTRO, M. R. *Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda: un proceso de cambio*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000.

VELASQUEZ SORIANO, I. Ambitos y ambientes de la cultura escrita en Hispania (s. VI): De Martín de Braga a Leandro de Sevilla. In: *Studia Ephemeridis Augustinianum*, Roma, N° 46, 1994, pp. 329-351.